

Um problema que já é crónico

António de Sousa aponta para uma subida muito gradual das taxas de juro, o que dará margem às famílias para se adaptarem. Acredita também que esta subida se inicie apenas a partir do segundo semestre de 2010.

Ainda falta regulamentação

A crise permitiu verificar que existem práticas nos chamados mercados financeiros internacionais que, refere o presidente da APB, são altamente especulativas e de interesse bastante duvidoso. Mas a regulamentação não chegou a tudo.

ENTREVISTA

Impostos

“Aumentá-los é difícil e vai afogar mais a economia”

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS DEFENDE CONSOLIDAÇÃO ATRAVÉS DE DIMINUIÇÃO DA DESPESA E DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA

Lucília Tiago

Recorrer a subidas de impostos para equilibrar de novo as contas públicas pode ter o efeito contrário e dificultar ainda mais a retoma económica. A leitura é de António de Sousa, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) que, em entrevista ao “jn negócios” diz ainda que as limitações aos prémios e remunerações dos gestores devem ser decididas pelos accionistas e não reguladas pelo Estado, a não ser nos casos em que o Estado teve de intervir.

O equilíbrio das contas públicas deve/tem de passar por uma subida de impostos?

Aumentar impostos em Portugal é muito difícil e irá afogar ainda mais a economia. A parcela nos impostos no total do PIB é bastante elevada, pelo que o caminho para os aumentar é muito estreito. Pode-se sempre fazê-lo, mas tem de se ver qual o impacto na economia, pois pode ser exactamente o inverso do que se pretende, e pôr em causa ainda mais a retoma. Parece-me improvável conseguir por aí resultados positivos.

Que estratégia deve, então, ser usada para retomar a consolidação orçamental?

A solução passa por cortar a despesa – o que, na prática, em termos verdadeiramente significativos nunca foi feita em Portugal, mas não é fácil fazê-lo. E passa pela recuperação económica. Só por si, o crescimento económico tem três efeitos imediatos na melhoria do

défi ce: aumenta a receita; pode diminuir as prestações sociais; e faz diminuir a dimensão do Estado no conjunto da economia. As más notícias são que todas as perspectivas apontam para que a recuperação portuguesa seja muito pequena. Seria até interessante estudar melhor o impacto dos estabilizadores automáticos da economia, pois tudo indica que funcionam bem quando a economia começa a descer, ao impedirem que Portugal desça tanto como a generalidade da Zona Euro, mas depois quando a economia começa a recuperar, impedem-nos de crescer.

A Banca portuguesa resistiu bem à crise financeira. Conseguirá também responder aos efeitos da crise económica?

A crise financeira teve a ver com os chamados activos tóxicos e isso afectou muito pouco a Banca portuguesa, que sempre foi muito avessa a investir nesse tipo de produtos. Já em relação à crise económica, é óbvio que, essa sim, afecta todos os bancos e também os portugueses. Os bancos portugueses têm a vantagem de estar bastante bem capitalizados e as boas notícias são que o malparado parece estar a estabilizar junto das famílias. Nas empresas, é natural que continue a aumentar porque, por um lado, têm, na sua maioria, um fraco nível de capitais próprios, por outro, terão dificuldade em aceder aos fundos de maneio de que necessitam para aproveitar a recuperação económica.

Nas famílias, o incumprimento está estabilizado porque as taxas de juro estão baixas, mas isso não vai durar para sempre. Os juros acabarão por subir...

Nas famílias, o incumprimento abrandou porque em média – e estamos a falar em média, pelo que isto não é verdade para todas as famílias, nomeadamente as que foram afectadas pelo desemprego – o rendimento disponível [após pagamento de impostos e crédito hipotecário] subiu bastante, devido aos aumentos salariais, descida das taxas de juro e inflação negativa. Ao longo dos anos, as famílias portuguesas têm mostrado uma grande lógica na forma como gastam o seu dinheiro, adaptando-se às situações e à evolução das taxas de juro. A taxa de juro está no nível mais baixo de sempre, pelo que o único caminho que existe será o de subida, naturalmente.

Será uma subida gradual?

Quando existir, vai ser uma subida muito gradual. No primeiro semestre de 2010, duvido que haja qualquer aumento das taxas de juro. No segundo semestre, poderá haver, mas mais para o final do ano e serão aumentos de 0,25% ou 0,5% – nada tendo a ver com a rapidez e dimensão da diminuição. A haver aumentos serão muito graduais e o impacto no rendimento das famílias vai ser uma coisa espaçada, ao longo de vários anos. Considerando o gradualismo desta situação, não me parece que haja o problema de aumentar o incumprimento.

Esta crise pregou vários sustos, mas diz-se que já estão a repetir-se alguns dos erros do passado...

A crise permitiu ver que há práticas nos chamados mercados financeiros internacionais que são especulativas e cujo interesse é muito discutível. A regulamentação que tem vindo a ser pensada e implementada tem sido muito positiva e mostra que aprendemos com a crise. Por outro lado, a nível dos offshores e de certos produtos dos chamados tóxicos ainda não há regulamentação internacional e provavelmente vai avançar-se pouco.

Os governos devem limitar os prémios dos gestores?

Nos bancos, onde houve intervenção directa do Estado e em que o Estado se tornou até um accionista importante, é natural que tenha uma palavra directa sobre os salários dos gestores e até da massa salarial global. Nos outros casos, a situação é mais complicada porque quem define os salários dos gestores e a orientação da política salarial dos bancos são as assembleias-gerais. É desejável haver novas normas salariais dentro da Banca, mas a forma mais correcta não é fazer leis, e sim alterar a filosofia que está subjacente às formas de remuneração. E os accionistas devem estar cada vez mais atentos a isso. Sempre defendi que a remuneração seja paga depois de ver o efeito real da actuação das pessoas.

Tem saído muita legislação que limita comissões bancárias...



Reforçar literacia financeira

António de Sousa concorda com legislação que aumente a transparência, mas, sublinha, o resultado prático nem sempre é o esperado. Um dos desafios da APB para os próximos anos é, por isso, contribuir para aumentar a literacia financeira.

100

PÁGINAS

A legislação que obriga os bancos a ostentar os preçários em todos os balcões acaba por não ser tão eficaz quanto se pretendia porque resulta em dossiês com cerca de 100 páginas, o que dificulta a sua consulta pelos clientes bancários.

Um problema que já é crónico

A limitação das comissões nas transferências dos empréstimos a taxa fixa vai acabar por fazer com que a oferta deste tipo de produto (já pouco procurado pelos portugueses que optam mais pela taxa variável) acabe por desaparecer.

LEONARDO NEGRAO



rias e obriga os bancos a facultar mais informação aos clientes. Estas novas normas estão a ter o resultado prático pretendido?

A legislação que aumente a transparência é desejável. Até aqui, estamos todos de acordo. O problema é saber se é sempre tecnicamente adequada.

E não é?

Dou-lhe o exemplo da legislação sobre preçários bancários: têm de estar disponíveis em todos os balcões, mas têm 100 páginas, pelo que acaba por não haver grande transparência. A informação está lá, os bancos estão a cumprir a lei, mas a lei não tem efeito. O problema é que muitas vezes a legislação é feita sem se conhecer bem o dia-a-dia das instituições. Alguns aspectos contratuais estão a tornar-se tão densos e complicados que tenho a impressão de que muitas pessoas ainda ficam a perceber menos do que é que estão realmente a assinar do que anteriormente acontecia. Contratos com oito ou dez páginas ninguém lê, as pessoas até se "perdem".

O que é importante – e essa é uma das apostas da APB para os próximos anos – é aumentar o nível de literacia financeira, para as pessoas perceberem efectivamente o que são os produtos. Temos também, em conjunto com o Banco de Portugal, tentado limar algumas arestas. Em relação às comissões, em alguns aspectos obtiveram-se resultados que podem não ser os desejados.

Está a falar de que situações?

Impôs-se uma comissão máxima para transferência de empréstimos na taxa fixa, mas esta comissão é de tal forma baixa que nenhum banco vai poder fazer aquela operação. E o que vai acontecer é que o produto de taxa fixa vai desaparecer em Portugal.

Ainda há dificuldade das empresas em acederem a crédito?

Isso foi um assunto muito debatido há seis meses e do qual já não se fala porque a procura de crédito está agora muito mais ajustada à oferta. Mas há que ter em conta que os spreads não vão voltar para valores tão baixos – spreads baixos não são possíveis a não ser numa economia de casino porque os bancos não podem viver com margens tão reduzidas – e os chamados "loan to value", ou seja, a relação entre o empréstimo e o valor do bem sobre o qual se está a emprestar, vai ser cada vez mais pequeno.

Quais são os maiores desafios que se colocam aos bancos nos próximos tempos?

Os rácios de capital que são exigidos à Banca são um dos problemas, porque ou os lucros da Banca continuam a subir de forma a remunerarem o capital (nomeadamente o capital adicional que lhes é exigido pela nova regulamentação financeira), ou vão eles próprios depois ter problemas para conseguirem financiar-se. Quando recentemente baixou o "rating" da República e dos bancos, a Agência veio dizer que os bancos portugueses estão a ganhar pouco dinheiro. Isto parece um paradoxo quando se fala naqueles milhões de lucros, mas não é. Os bancos ganham muito dinheiro mas, em relação ao montante de capital que têm investido, é relativamente pouco. E esta conta nunca é feita.

O BPN vai ser reprivatizado e com isso virá a factura a ser paga pelo contribuinte...

A operação de reprivatização é feita ao abrigo da lei de reprivatizações, pelo que esta operação irá ser muito semelhante às efectuadas na sequência das nacionalizações do 25 de Abril. Vai haver um custo, com certeza, mas só se vai saber no momento da venda. Porque o custo vai ser a diferença entre o montante de capital necessário para o banco funcionar e o montante que o eventual comprador estará disposto a pôr lá em capital. Esse é que é o custo e não os empréstimos [junto da CGD] que teve de contrair.

Mas quem é que vai responder por esses empréstimos?

Esses empréstimos têm a ver com a actividade do próprio banco. O que se passa é que, devido à falta de credibilidade, o BPN tem tido dificuldade em financiar-se no mercado em geral e tem-se financiado fundamentalmente junto da CGD. Frequentemente, confunde-se a questão da liquidez com a questão dos capitais e na prática o que vai custar são os capitais. Porque emprestar dinheiro a um banco não é um custo, não é perder o dinheiro.

Como está o processo de criação do fundo para os clientes do retorno absoluto do BPP?

Não tem havido contactos. O fundo tem estado a ser analisado pela CMVM e ainda não foi aprovado, pois uma das condições prévias para os bancos se pronunciarem tem a ver com as regras e regulamento do fundo. Por outro lado, o Banif apresentou uma proposta para gestão do fundo.

É interessante estudar melhor o impacto dos estabilizadores automáticos



“Aumentar impostos afoga economia”

Presidente da Associação Portuguesa de Bancos explica porquê, em entrevista ao “jn negócios” **PÁGS 4 E 5**

